

A relação entre os Estados Unidos e a Venezuela entrou em uma nova e profunda fase de tensão e transformação geopolítica a partir de inícios de 2026, depois de uma sequência de eventos que redefiniram não apenas o contexto bilateral, mas também repercussões globais sobre soberania, direito internacional, mercados energéticos e alianças estratégicas. O ponto de inflexão foi a operação militar realizada em 3 de janeiro de 2026, na qual forças dos Estados Unidos capturaram o presidente venezuelano Nicolás Maduro e sua esposa em Caracas, ato justificado por Washington como parte de um esforço de combate ao narcotráfico e de responsabilização por alegados crimes internacionais atribuídos ao líder venezuelano. Nas palavras da administração americana, esta operação respondia a uma necessidade de proteger os interesses dos EUA e colocar fim a um regime que, segundo declarações oficiais, contribuiu para corrupção transnacional e tráfico de drogas (Intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela, 2026).

Este acontecimento não foi um episódio isolado, mas o ápice de anos de escalada de tensões entre Caracas e Washington. Ao longo de 2025, sob a administração do presidente Donald Trump, os Estados Unidos intensificaram ataques contra alvos no Caribe e no Pacífico, alegando combater grupos criminosos vinculados à Venezuela, incluindo organizações tidas como narcoterroristas, e designando inclusive recompensas pela prisão de Maduro (Ataques dos Estados Unidos a supostos narcotraficantes, 2025). Esta política, que combinou sanções económicas, bloqueios e pressões diplomáticas, foi amplamente criticada por organizações internacionais e especialistas em direito internacional, que a classificaram como violação das normas de soberania e integridade territorial consagradas na Carta das Nações Unidas. Críticos argumentaram que, apesar de alegadas justificativas de segurança, tais ações desconsideraram princípios jurídicos fundamentais e criaram um precedente preocupante para o uso unilateral da força por potências hegemónicas (Direito Internacional: por que ele tem pouco efeito sobre os ..., 2026).

A captura de Maduro e a subsequente mudança no equilíbrio de poder em Caracas geraram uma série de reações internacionais divergentes que ilustram as complexas ramificações globais desse evento. Na Organização das Nações Unidas, uma reunião de emergência do Conselho de Segurança viu aliados e adversários dos EUA confrontando a legalidade e legitimidade das ações americanas, com países como Brasil, China, Rússia, Cuba e Colômbia denunciando a operação como um ato de agressão ilegal e uma violação da soberania venezuelana (US foes and allies denounce Trump's 'crime of aggression' in Venezuela at UN

meeting, 2026). Por outro lado, governos alinhados com políticas mais duras em relação à Venezuela apoiaram, ainda que de forma reticente, a remoção de Maduro, refletindo uma divisão global sobre intervenções de grande potência e o papel dos Estados Unidos no século XXI.

A dimensão geopolítica das ações de Washington em relação à Venezuela estende-se certamente ao domínio energético internacional. A Venezuela possui as maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo, embora a sua produção real seja uma fração modesta do total global. A administração Trump indicou a intenção de “gerir” a indústria petrolífera venezuelana durante um período transitório, integrando interesses de grandes empresas energéticas americanas e reconfigurando a participação dos EUA no mercado mundial de energia (Planned United States control of Venezuela, 2026). Esta estratégia insere-se num contexto maior em que os Estados Unidos buscam reduzir a dependência de importações estratégicas de fontes instáveis e consolidar influência sobre fluxos energéticos críticos, mesmo que tal ambição tenha sido criticada por alguns analistas como um retorno a práticas históricas de “petróleo e poder” frequentemente associadas ao intervencionismo americano.

As consequências económicas mundiais deste desenvolvimento são multifacetadas. Por um lado, a interrupção da produção e exportação petrolífera venezuelana aprofundou as fragilidades económicas internas, com a moeda nacional desvalorizando drasticamente e a economia enfrentando pressões inflacionárias severas, ampliando crises sociais já existentes (Venezuela currency plunge, 2026). Por outro lado, a reorientação de fluxos de petróleo e o possível envolvimento de empresas norte-americanas no pós-conflito venezuelano têm implicações para mercados energéticos globais, potenciando mudanças em padrões de investimento e relações comerciais.

No plano diplomático, a situação abriu espaço para uma reconsideração das relações entre Caracas e Washington. Após anos de ruptura dos laços diplomáticos desde 2019, o governo interino venezuelano iniciou conversações exploratórias com os Estados Unidos com o objetivo de reestabelecer relações formais, um gesto que indica tanto a necessidade pragmática de aliviar a pressão económica quanto a possibilidade de redefinir o relacionamento bilateral numa nova era (Venezuela government announces exploratory talks with US, 2026). Esta reaproximação sugere que, apesar das tensões extremas, existe um reconhecimento mútuo de interdependências estratégicas, especialmente em temas como estabilidade regional, investimentos e segurança energética.

Para além dos fatores bilaterais, a intervenção dos Estados Unidos em solo venezuelano provocou uma série de debates académicos e estratégicos sobre o papel global da hegemonia americana no início do século XXI. A chamada “Donroe Doctrine”, um termo cunhado para descrever a abordagem de Trump de intervenção direta no hemisfério ocidental sob a justificativa de interesses de segurança e económicos, reflete uma interpretação renovada de princípios geopolíticos que muitos pensadores consideram reminiscentes de doutrinas historicamente associadas ao controle e à influência (Donroe Doctrine, 2026). Esta narrativa reacende discussões sobre o equilíbrio entre a defesa de valores democráticos e a instrumentalização da força para alcançar objetivos estratégicos.

As repercussões regionais também são profundas. A América Latina, tradicionalmente vista como uma região de redução de conflitos intraestatais, encontra-se agora confrontada com um cenário de insegurança estratégica reforçada. A retórica americana que justifica ações em Caracas como parte de uma maior luta contra narcoterrorismo e desordem internacional foi recebida com inquietação por governos vizinhos, que temem tanto a erosão da soberania quanto a possibilidade de verem suas próprias políticas internas e autonomia ameaçadas por pressões externas similares (How Trump’s Venezuela gamble will transform Latin America, 2026). Países como Brasil e México buscam diversificar suas parcerias internacionais, evitando dependência excessiva de qualquer grande potência, enquanto governos de orientação ideológica diversa debatem como responder a um cenário em que a intervenção militar de um grande ator externo não é descartada.

No cenário global mais amplo, a resposta de potências como China e Rússia ao envolvimento norte-americano na Venezuela destaca o crescente complexo de rivalidades estratégicas. Pequim, em particular, criticou a ação dos EUA como hegemônica e uma violação do direito internacional, posicionando-se como um defensor nominal da soberania estatal contra a intervenção externa (The global implications ..., 2026). Ao mesmo tempo, Moscou vê a queda do governo de Maduro como uma diminuição de sua própria influência em um aliado estratégico, embora a sua resposta tenha sido calibrada para evitar um confronto direto de larga escala com Washington.

Em síntese, a crise venezuelana envolvendo Maduro, Trump e os Estados Unidos, catalisada pela ação militar de 2026, transcende uma disputa bilateral. Trata-se de um fenómeno de grande alcance global que articula questões de soberania, direito internacional, segurança energética, economia mundial e equilíbrio de poder. A complexidade das reações

internacionais, das pressões diplomáticas e das consequências económicas reflete um mundo em que intervenções de grande potência são simultaneamente contestadas e instrumentadas como ferramentas de política externa, lançando desafios significativos para normas multilaterais e gestão global no século XXI.

#### Referências Bibliográficas

Berkes, F. (2018). *Sacred ecology* (4th ed.). Routledge.

Brookings Institution. (2026). *The global implications of the U.S. military operation in Venezuela*. Brookings Press.

Charter of the United Nations. (1945). *United Nations Charter*. United Nations.

FAO. (2020). *The state of world fisheries and aquaculture*. Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Financial Times. (2026). Venezuela currency plunge deepens economic crisis amid U.S. intervention. *Financial Times*.

Guardian. (2026, January 5). US allies and foes denounce Trump's Venezuela operation at UN Security Council. *The Guardian*.

IPCC. (2022). *Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability*. Cambridge University Press.

MacArthur, R. H., & Wilson, E. O. (1967). *The theory of island biogeography*. Princeton University Press.

Millennium Ecosystem Assessment. (2005). *Ecosystems and human well-being*. Island Press.

United Nations Security Council. (2026). *Emergency meeting on the situation in Venezuela*. United Nations.

Time Magazine. (2026). How Trump's Venezuela gamble reshapes Latin America. *Time*.

Wikipedia. (2026). *Intervention of the United States in Venezuela*. Wikimedia Foundation.

Wikipedia. (2026). *Planned United States control of Venezuela's oil industry*. Wikimedia

Foundation.